

DELIBERAÇÃO

2.14 – PROCESSO DIVERSOS N.º 521/15 – Requerente: João Guerra & Filhos Lda. – Local da obra: Pólo industrial do Granito das Pedras Finas – Arcozelo - Presente uma informação técnica a propor a aprovação do Interesse Público Municipal da instalação industrial, com base na alínea a) do n.º 4 do art.º 5 do DL 165/2014, de 05 de novembro. A Câmara Municipal deliberou por maioria com cinco votos a favor e um voto contra do Sr. Vereador Dr. Filipe Viana, considerando a informação técnica prestada, propor à Assembleia Municipal o reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da instalação industrial, relativa ao processo diversos n.º 521/15, requerida por **João Guerra & Filhos, Lda.**, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 4 do art.º 5 do DL 165/2014 de 05 de novembro. Os Srs. Vereadores Eng.º Manuel Barros e Dr. Filipe Viana apresentaram declarações de voto, que se anexam à presente ata, como documentos números um e dois, respetivamente e que, se consideram como fazendo parte integrante da mesma.

Reunião de Câmara Municipal de 07 de dezembro de 2015.

A CHEFE DE DIVISÃO/DAF,



Sofia Velho/Dra.

DECLARAÇÃO DE VOTO

O Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, criou, com caráter extraordinário, o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos ou de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo.

Este regime prevê extraordinariamente a possibilidade de:

- Regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública;
- Alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública.

Os pedidos de regularização devem ser apresentados no prazo de um ano a contar da entrada em vigor do diploma, ou seja, entre 2 de janeiro de 2015 a 2 de janeiro de 2016, e iniciarem-se sempre com a obtenção de **deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal**, emitida pela Assembleia sob proposta da Câmara, conforme o disposto no artigo 5º do Decreto-Lei nº 165/2014.

Esta medida legislativa do governo cessante é um passo fundamental para as empresas que se encontram na situação referida naquele diploma cumprir um conjunto de requisitos legais que irão contribuir para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, o desempenho ambiental e a competitividade.

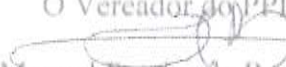
Não posso deixar de assinalar negativamente a inexistente ou fraca divulgação desta iniciativa junto dos empresários do concelho. O número reduzido de pedidos registados ficou muito aquém das situações existentes.

Assim:

1. Tendo em consideração o disposto na alínea a) do Artigo 5º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de Novembro, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia;
2. Tendo em consideração que os pedidos apresentados se referem a estabelecimentos industriais, explorações pecuárias e explorações de pedreiras, que promovem os produtos endógenos, garantindo muitos postos de trabalho e um significativo volume de negócios, conferindo potencial de criação de riqueza e de valorização produtiva local.
3. Tendo em consideração a informação técnica dos serviços municipais que propõe a aprovação do Interesse Público Municipal;

Voto favoravelmente a aprovação do Interesse Municipal.

Ponte de Lima, 7 de dezembro de 2015

O Vereador do PPD/PSD,

(Manuel Pereira da Rocha Barros)



DECLARAÇÃO DE VOTO

FILIPPE VIANA, Vereador eleito na lista independente do **MOVIMENTO 51**, vem, no exercício das suas funções, declarar o seu voto contra, no âmbito dos pontos 2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 2.5; 2.6; 2.7; 2.8; 2.9; 2.10; 2.11; 2.12; 2.13; 2.14; 2.15 e 2.16. com os fundamentos e considerandos seguintes:

1 – Considerando que não lhe foram juntos os respectivos documentos para sustentar a decisão em causa, com violação legal da Lei das Autarquias Locais e dos mais elementares direitos democráticos;

2 – Considerando que na reunião de hoje, o ora Vereador não recebeu a respectiva documentação do ponto em causa, uma regra geral no anterior e neste mandato, razão pela qual também o ora Vereador se viu forçado a intentar a competente acção judicial para o efeito;

3 – Considerando que a nossa forma de estar implica a envolvimento de todos os agentes autárquicos na realização dum projecto em comum; cfr.: orçamento participativo e participação de ideias;

1

4 – Considerando que a política de falta de hábito democrático continua, numa lógica de imposição e não de diálogo construtivo;

5 – Considerando que a nossa Vila de Ponte de Lima, com 890 anos de existência, nos merece o maior respeito pela história dos nossos antepassados, bem como na esteira do princípio da representatividade e do espírito democrático das nossas raízes.

Face ao expendido, em coerência democrática e com mundividência diferente de considerar o princípio da representatividade, pelas pessoas e pelo nosso território, voto contra.

Ponte de Lima, 7 de Dezembro de 2015,

O Vereador do Movimento 51,

(Filipe Viana)

D E S P A C H O

Processo nº: 521/15 Data de Entrada: QUATRO de DEZEMBRO de 2015
Requerimento nº: 5400/15

Requerente Principal: JOAO GUERRA & FILHOS, LDA
Localização da Obra: LUGAR DE FALDEJÃES - ARCOZELO

I N F O R M A Ç Ã O T É C N I C A

Vem a empresa "João Guerra & Filhos Lda", solicitar a emissão de Declaração de Interesse Público Municipal com vista à regularização do estabelecimento industrial de que é proprietária, ao abrigo do regime excepcional aberto pelo Decreto-Lei nº 165/14, de 5 de Novembro.

Trata-se de uma unidade industrial de Fabricação de outros produtos minerais não metálicos diversos, e de Valorização de Resíduos não metálicos, consistindo numa unidade de britagem e de lavagem de Areias para a valorização dos resíduos de pedra gerados pela actividade extractiva que desenvolve, desempenhando um papel importante na preservação ambiental assim como também na criação de postos de trabalho assegurando o sustento das famílias dos seus operários e colaboradores, cujo número prevê aumentar com a regularização agora solicitada.

Sucedem que a implantação do edifício não respeita o polígono de implantação previsto para o local, motivo porque necessita de recorrer ao regime excepcional de regularização criado pelo decreto-lei nº 165/14 de 5 de Novembro.

Face ao exposto sou de parecer que se trata de uma empresa de interesse público municipal, podendo ser emitida a certidão solicitada.

À Consideração Superior,

2015/12/04

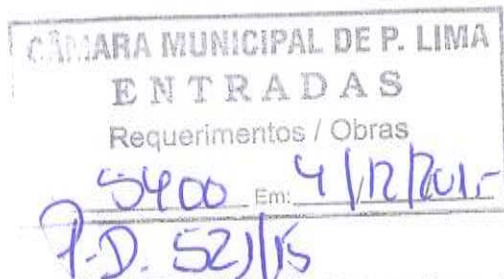
O Técnico



(NUNO LABOREIRO MEIRA DE AMORIM)

amorim

João Guerra & Filhos, Lda
Faldejães – Arcozelo
4990-240 Ponte de Lima



Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima
Praça da República
4990-062 Ponte de Lima

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A REGULARIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, LOCALIZADO NO LOTE 25, PÓLO INDUSTRIAL DO GRANITO DAS PEDRAS FINAS – ARCOZELO – PONTE DE LIMA, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ART.º 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO

Exmo. Senhor Presidente,

A empresa João Guerra & Filhos, Lda, com o NIF 501737421, código da certidão permanente 5684-0551-2043, cujo representante legal é Manuel Araújo Fernandes, com cartão de cidadão n.º 07029906 4 ZZ3, válido até 13/10/2020, telefone/fax n.º 258944929 e n.º de telem. 932406071, e-mail joaguerra@sapo.pt com sede em Faldejães – Arcozelo, 4990-240 Ponte de Lima, vem solicitar a V.ª Exa. a emissão de certidão da deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial, localizado no Lote 25, do PÓLO INDUSTRIAL DO GRANITO DAS PEDRAS FINAS, com os CAE's 23992 – Fabricação de outros produtos minerais não metálicos diversos, n.e., e o CAE 38322 – Valorização de Resíduos não metálicos, no âmbito da aplicação, com carácter extraordinário, do regime de regularização e de alteração e/ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, incompatíveis com os instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo, abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

A empresa João Guerra & Filhos, Lda, emprega atualmente **7 trabalhadores**, com uma **faturação** média dos últimos dois anos de **390.000,00€**.

O início de atividade da empresa data de 26/11/1985, dedicando-se na altura à construção civil e posteriormente à atividade extrativa e atividade industrial de transformação do granito extraído em obras à medida para a construção civil. **Todo o investimento da empresa foi efetuado no Concelho de Ponte de Lima**, possuindo atualmente uma pedreira e um estabelecimento industrial de serragem e corte e acabamento de rocha ornamental.

Devido à quantidade de resíduos de pedra gerados nas atividades industriais da empresa, adquiriu e implementou no início de 2012, uma unidade de britagem e lavagem de areias para a valorização dos

seus resíduos de pedra, gerados quer pela atividade extrativa quer na atividade industrial de fabricação de artigos de granitos e outras rochas n.e..

Assumindo-se uma **empresa empreendedora, dinâmica e inovadora** a João Gerra & Filhos, Lda. tem ajudado PORTUGAL a atingir as metas de reutilização, reciclagem e outras formas de valorização de resíduos provenientes da exploração dos Recursos Naturais impostos pelas Diretivas Europeias.

Sendo sempre uma **mais-valia a reutilização com valorização em detrimento da deposição em aterro**. Protegendo desta forma o ambiente e a saúde humana, permitindo uma diminuição da pressão sobre os recursos disponíveis melhorando a sua utilização.

É importante referir que apesar de ser uma pequena empresa, todo o produto transformado na unidade transformadora **é vendido e aplicado nas obras de construção civil e obras públicas no concelho de Ponte de Lima e dos municípios limítrofes**, uma **mais-valia que fica no concelho onde se insere**.

A área total a regularizar encontra-se representada nas plantas anexas e corresponde à área do Lote 25, que é de 9.925 m².

Numa altura, em que a maioria das indústrias do setor da pedra naturais se encontra com dificuldades no escoamento dos materiais produzidos, a empresa João Guerra & Filhos, Lda. pretende dar continuidade aos processos de licenciamento, regularizando a situação existente, pelo que um dos documentos a apresentar ao abrigo do art.º 5, da “Lei das Regularizações” é a certidão da deliberação fundamentada de Reconhecimento do Interesse Público Municipal da unidade industrial, localizada na Presa.

A regularização e posterior licenciamento do estabelecimento industrial, permitirá melhorar a estrutura da empresa tal qual, e **conservar todos os postos de trabalho atuais ou aumentar até os postos de trabalho com mão-de-obra local**, potenciando assim os recursos endógenos da região, no contexto socioeconómico.

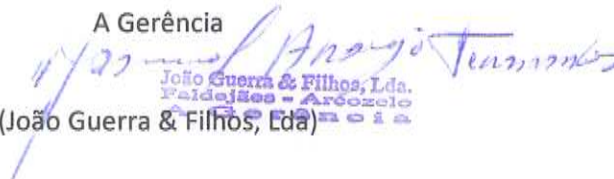
Atendendo ao exposto, solicita-se uma vez mais a V/Exa a emissão da DIPM para a regularização da indústria existente, pois com efeito **toda a atividade desenvolvida e a desenvolver promoverá e fomentará a redução de resíduos acumulados em escombreyas, o progresso do Concelho, quer diretamente quer indiretamente**, como por exemplo através do consumo do comércio e serviços do Concelho, nomeadamente no que se refere a: **mão-de-obra da região; reparação e assistência ao**

equipamento; aquisição de óleos, combustíveis, ferramentas, etc., utilização da indústria hoteleira e restauração da zona, entre outros.

Torna-se relevante lembrar que o Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro tem como objetivo “a criação de um contexto favorável ao investimento” que é fundamental para o desenvolvimento do País, e que “...dele depende o crescimento económico sustentável, incluindo a dinamização do investimento privado e do emprego”, para tal é importante que as atividades industriais possam ser avaliadas e regularizadas no sentido de promover o tão almejado desenvolvimento económico-social-ambiental sustentável, como é o caso da unidade industrial, da empresa João Guerra Filhos, Lda. localizada no Lote 25, do Pólo Industrial do Granito Das Pedras Finas, na freguesia de Arcozelo, concelho de Ponte de Lima.

Para apreciação do pedido remete-se a V/Exa os anexos seguintes: declaração da junta de freguesia, levantamento topográfico, planta com a localização das construções efetuadas e outras áreas funcionais já intervencionadas no lote n.º 23, planta de localização, extratos das plantas de ordenamento e de condicionantes do PDM e Plantas do PU.

Ponte de Lima, 4 de dezembro de 2015

A Gerência

João Guerra & Filhos, Lda.
Faldejães - Arcozelo
(João Guerra & Filhos, Lda)